



ATA DE REUNIÃO
Comitê Regional do PJe

HORÁRIO	LOCAL	DATA
17h	Telepresencial pelo Google Meet	22/7/2026

Presentes:

- Desembargadora Andrea Guelfi Cunha, coordenadora;
- Newton Cunha de Sena, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;
- Alessandro Tristão, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional (titular);
- Ivana Paula Cardoso, Procuradora Regional do Trabalho;
- Ednamara Aparecida Gonçalves Câmara, Secretária-Geral Judiciária;
- Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- Marta Maria de Souza Pinto Silva, representante do Núcleo de Apoio ao PJe;
- Eduardo Sodré Junior, representante da Corregedoria Regional;
- Eydie Cristina de Souza, Oficial de Justiça do Fórum Trabalhista de Jundiá;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Denise Pereira Toniolo.

Ausências justificadas:

- Desembargador Wilton Borba Canicoba;
- Daniela Macia Ferraz Giannini, Juíza Auxiliar da Presidência (titular);
- Sérgio Polastro Ribeiro, Juiz Auxiliar da Presidência (suplente);
- Ana Claudia Pires Ferreira de Lima, Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial;
- Andressa Venturi da Cunha Weber, Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional (suplente);
- Érica Escarassatte, Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Piracicaba;
- Edson Lacir Donadon, Secretário Judiciário;
- Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional;
- Brenda Silva Loureiro de Oliveira, Calculista da Vara do Trabalho de Itararé;
- Luciana Camilo de Figueiredo, Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Araraquara;
- Cintia Galvão, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo.

Pauta/ Assuntos	1- PROAD 7900/2026: Pedido de Providências Nº 0002151-89.2025.2.00.0000, em andamento no C. Conselho Nacional de Justiça, em que o Instituto de Transparência e Governança Democrática (INTEGRA) requer a adoção de medidas para ampliação das hipóteses do sistema PJe de tramitação prioritária e sigilo de processos judiciais; 2- PROAD 8051/2026: Problemas operacionais do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais (SISCONDJ) junto ao Banco do Brasil.
----------------------------	--

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

A Excelentíssima Desembargadora Andrea Guelfi Cunha, Coordenadora do Comitê Regional do PJe, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação, passando à análise da pauta anteriormente compartilhada.

1 - [PROAD 7900/2026](#) - Pedido de Providências Nº 0002151-89.2025.2.00.0000, em andamento no C. Conselho Nacional de Justiça, em que o Instituto de Transparência e Governança Democrática (INTEGRA) requer a adoção de medidas para ampliação das hipóteses do sistema PJe de tramitação prioritária e sigilo de processos judiciais:

Dra. Andrea informou o teor da decisão proferida no pedido de providências pelo Conselho Nacional de Justiça: inicialmente, para que os gestores do PJe providenciem o cadastramento de prioridade processual para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e para que adotem medidas necessárias para assegurar, no âmbito do sistema PJe, a proteção das informações relativas à condição de saúde das partes abrangidas pela Lei 14.289/2022, mediante utilização adequada das funcionalidades de restrição de acesso disponíveis, garantido-se o sigilo dessas informações, relativamente aos processos envolvendo condições de saúde específicas, como HIV, hepatites crônicas, hanseníase e tuberculose.

Informou também que, segundo manifestação técnica do Secretário Judiciário, Edson Lacir Donadon (doc. 7), a criação de novas prioridades no sistema depende da equipe nacional do CSJT, e não está ao alcance deste Regional.

Passou a palavra à Marta, para esclarecimentos a respeito do segundo tópico da decisão proferida no pedido de providências.

Marta ressaltou que o Núcleo de Apoio ao PJe não teria providências diretas a tomar sem a disponibilização de uma ferramenta específica pelo sistema nacional. Questionou como deveria ser feito o aviso aos servidores, aos magistrados e aos advogados sobre a necessidade de sigilo nos casos especificados.

Herbert destacou que a intervenção manual em um grande volume de processos é sujeita a falhas, por esse motivo propôs que o sistema tenha mecanismos eletrônicos automáticos de alerta para o usuário, os quais seriam de responsabilidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Resultado: O Comitê decidiu, por unanimidade, sugerir a abertura de um "Jira" (chamado técnico) no âmbito nacional (CSJT), para que as funcionalidades de prioridade e os alertas de sigilo sejam desenvolvidos e implementados no PJe.

2 - [PROAD 8051/2026](#) - Problemas operacionais do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais (SISCONDJ) junto ao Banco do Brasil:

Dra. Andrea informou sobre as dificuldades operacionais no SISCONDJ, especialmente a impossibilidade de filtrar os alvarás por magistrado e a busca pela interação do sistema com o Banco do Brasil.

Dr. Alessandro relatou que as dificuldades abrangem tanto as Secretarias Conjuntas quanto a Assessoria de Precatórios. Acrescentou que as expectativas de resolução têm sido frustradas e que o TRT2, que seria piloto para melhorias, ainda não sinalizou qualquer avanço.

Sugeriu, em concordância com o entendimento do Exmo. Desembargador Corregedor Regional, Dr. Renan Ravel Fagundes, verificar a viabilidade de levar essas demandas ao "Jira" nacional, para trazer o Banco do Brasil para o sistema SIF.

Herbert confirmou que a integração do SISCONDJ ou a migração do Banco do Brasil para o módulo SIF (como já ocorre com a Caixa Econômica Federal - CEF) ainda não começou efetivamente em nenhum outro tribunal.

Marta compartilhou que entrou em contato com o Banco do Brasil e recebeu a resposta de que a melhoria de filtragem está em desenvolvimento para "próximas versões", sem prazo definido, situação que se arrasta desde 2023.

Resultado: O Comitê encaminhará essas dificuldades como sugestão de melhoria para o SISCONDJ via "Jira" nacional e, de forma subsidiária, solicitará a integração total do sistema ao SIF para garantir a interação também com o Banco do Brasil.

3- Assuntos Gerais - Lançamento da versão 2.2.1 do PJe pelo CSJT:

O Secretário de TIC deu ciência ao colegiado de que a versão 2.21 foi lançada pelo CSJT e propôs conversar com a Presidência para que essa versão seja colocada em testes no ambiente de homologação, o que possibilitaria, caso se mostre estável, que sua instalação se antecipe à da versão 2.20.

Resultado:

O Comitê tomou ciência do lançamento e das providências.

Nada mais a tratar, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Andrea Guelfi Cunha, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a reunião às 17h22. Próxima reunião agendada para o dia 23 de setembro, quarta-feira, às 17h.

Ata preparada por:	Denise Pereira Toniolo (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em:	22/7/2026
Ata aprovada por:	Andrea Guelfi Cunha Desembargadora Coordenadora do Comitê Regional do PJe	Em:	23/7/2026